

Governo não monitora Floresta Amazônica

Os últimos dados disponíveis sobre as áreas ameaçadas de desmatamento foram coletados em 1994

Adriana Fernandes

• As vésperas das comemorações dos cinco anos da Rio 92, em junho, o Brasil ignora o que está acontecendo na Floresta Amazônica. Os últimos dados sobre o desmatamento na região, levantados pelo Instituto Nacional de Pesquisas Especiais (INPE), são de 94. Por falta de recursos, há um ano o Governo tenta sem sucesso implantar um sistema de monitoramento com imagens de satélites das áreas mais críticas.

Os dados de 94 mostram que o desmatamento voltara a crescer após anos em queda. Só naquele ano, a Amazônia perdeu em torno de 15 mil quilômetros quadrados de florestas. Agora, os ambientalistas acreditam que a situação tenha se agravado, com a retomada do crescimento da economia.

O problema é que sem os números não há como tomar medidas para combater os desmatamentos, mais frequentes na época da seca, entre junho e novembro. A partir de 1992, o INPE deixou de fazer o levantamento anual das imagens captadas pelo satélite Landsat 5, depois que a Fundação Banco do Brasil, que financiava o Projeto de Desflorestamento (PRODES), interrompeu o repasse de recursos. O projeto só foi retomado ano passado, com dinheiro do Tesouro Nacional.

Ministro do Meio Ambiente rebate críticas do WWF

Para o diretor-executivo do Fundo Mundial para a Natureza (WWF), Garo Batmanian, falta uma política clara do governo Fernando Henrique para a Amazônia.

— Esses números são fundamentais para planejarmos nossa ação. Não podem sair com dois, três anos de atraso — critica.

O ministro do Meio Ambiente, Gustavo Krause, rebate, garantindo que a região é prioridade do Governo. Mas frisa que não se estabelece uma política ambiental séria do dia para a noite.

— Essa é uma mudança progressiva — diz Krause, descartando a possibilidade de o Governo estar atrasando a divulgação dos números por causa de um possível aumento do desmatamento.

Os estados mais atingidos pelo problema são Pará, Mato Grosso, Rondônia e Acre. Os ambientalistas dizem que é preciso agir logo, mas há quem discorde.

— O atraso não compromete o trabalho. Para os pesquisadores, saltar um ano e depois recuperá-

lo não tem grande importância. Para o IBAMA, o ideal seria uma ferramenta em tempo real. Mas isso numa área de 4 milhões de quilômetros quadrados não existe — afirma Oskar Klingl, principal assessor do ministro da Ciência e Tecnologia, Israel Vargas.

Governo divulgará novas informações até setembro

Klingl afirma que os dados sobre os desmatamentos em 95 estarão prontos até setembro. Mas o presidente do IBAMA, Eduardo Martins, avisa que precisa conhecê-los antes do início da seca:

— A taxa de desmatamento é fundamental, porque mostra a dimensão do problema. E o monitoramento também. Quanto mais rápido ele acontecer, mais eficiente será o nosso trabalho.

Os números de 92/94 assusta-

ram o Governo, que baixou um severo pacote ambiental. Além de um decreto suspendendo por dois anos o corte de mogno e virola, foi editada uma MP que limitou o corte da floresta a 20% da dimensão das propriedades rurais em toda a Amazônia. Na época, o Governo também destinou R\$ 4 milhões ao INPE para o levantamento das áreas desflorestadas entre 1995 e 1997 e a implantação do sistema de monitoramento das áreas críticas. Mas até hoje o Ministério da Ciência e Tecnologia não conseguiu o repasse dos recursos.

No final do mês, o Governo Fernando Henrique terá de enfrentar novas pressões internacionais, durante a Assembléia Extraordinária das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, em Nova York. ■

5/5/97
09050-9